



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

5. POLÍTICA AGROPECUARIA

CURITIBA, PR. 20 DE MARÇO

AO INAUGURAR A SEGUNDA EXPOSIÇÃO-
FEIRA DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS
DO PARANÁ.

É com satisfação que retorno a este Estado, reencontrando a mesma mostra grandiosa do trabalho e da dedicação dos criadores paranaenses. Quando aqui estive, há exatamente um ano, pude bem apreciar o quanto fôra feito no Paraná por uma iniciativa privada pujante e dinâmica, com a colaboração efetiva de um governo voltado para o desenvolvimento harmônico de sua economia.

É significativo que, ao vir inaugurar a Segunda Exposição Feira de Animais e Produtos Derivados do Paraná, tenha a acompanhar-me, como Ministro da Agricultura, quem há um ano me recebeu como Governador do Estado, o Senhor Ney Braga, hoje imediato colaborador do meu Governo, ao qual serve com a habitual competência e dedicação. E, como Governador do Estado, acolhe-me o ilustre Senhor Paulo Pimentel, operoso organizador da Primeira Exposição. Tudo a demonstrar não somente o apoio popular à obra realizada, mas também a explicar que o alto nível de produção aqui constatado decorre da formulação e execução de políticas adequadas de fomento e amparo a todo o setor primário.

Este Estado é como que uma síntese da agricultura brasileira. Aqui se repetem seus principais problemas e encontramos quase toda a gama de seus produtos e todos os principais tipos de estruturas de produção. E, como num desafio constante à tenacidade e à capacidade de um povo, está igualmente presente todo o ilimitado potencial de expansão que caracteriza a agricultura brasileira.

Quando há um ano aqui estive, mal saíamos daquela situação de angústia e desesperança a que maus governos haviam lançado

o lavrador brasileiro. Se a desesperança e a angústia haviam desaparecido com o triunfo da Revolução, o Governo que dela surgira, assoberbado pela luta contra a ineficiência e a desorganização dominantes nos setores governamentais especificamente encarregados de fomentar e assistir às atividades rurais, não podia ainda apresentar resultados tão positivos, de sua ação sobre a agricultura e a pecuária nacionais, como os de que hoje pode orgulhar-se.

Creio não precisar reafirmar que a própria ênfase da política de desenvolvimento do Governo já é reconhecimento do papel apreciável que cabe ao setor primário na retomada e na consolidação do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Cabe aos lavradores e pecuaristas brasileiros, cuja capacidade e iniciativa tão bem se representam aqui, o tríplice papel de alimentar uma população crescente, em números e em poder de compra; de fornecer as matérias-primas que a indústria reclamará em quantidades cada vez maiores; e de conseguir, pela exportação, as divisas que o país exigirá sempre, quer para acelerar o próprio desenvolvimento, quer para satisfazer suas crescentes necessidades de consumo.

Entre os mitos que a Revolução derrubou, e foram muitos, está o da concentração do esforço de desenvolvimento unicamente no setor industrial. Já abandonamos esse falso caminho que, no passado, nos levou ao quase total abandono do campo. Sabemos, e é a experiência mundial que nos ensina, que a indústria sozinho não desenvolve a agricultura; somente o desenvolvimento equilibrado é que permite a superação do atraso econômico. Temos consciência de que permanecemos ainda por muito tempo dependendo da venda de nossos produtos primários para a compra dos equipamentos necessários ao nosso próprio crescimento. Esse o nosso caminho, agricultura e indústria crescendo juntas, harmônicamente, num processo acumulativo de estímulos e benefícios mútuos; pois sabemos que com um crescimento irregular conseguiremos, se tanto, erigir apenas um gigante de pés de barro.

Mas a ênfase apenas não será suficiente. A agricultura brasileira já estava cansada do lirismo dos discursos e das recordações bucólicas dos que, no passado, limitando-se a discuti-la,

apenas a desserviam. Do que se necessitava era ação, e ação clara, correta e objetiva, tocando nos pontos sensíveis do sistema, desenredando os liames da ineficiência e do burocratismo que a haviam como que confinado à inação dos gabinetes.

E foi ação o que este Governo ofereceu à agricultura. Aquela ação de que sempre necessitara e que sempre lhe havia sido negada. Nunca descremos da capacidade e da iniciativa do agricultor brasileiro, das quais o desenvolvimento do Paraná é dos testemunhos mais impressionantes. Mas sabemos que sem a ação positiva do Governo em todos os setores técnicos e econômicos da agricultura, esse dinamismo e sua capacidade permanecerão latentes, impossibilitados de manifestar-se, dependendo de eventuais estímulos como os que possibilitaram a expansão cafeeira.

O Governo atacou, em primeiro lugar, o problema da defesa econômica do produtor, financiando-o e garantindo-lhe preço. O Banco do Brasil, através da CREA, concedeu, em 1965, financiamentos ao setor agrícola (lavoura, pecuária e cooperativas: custeio e investimento) num montante total de mais de meio trilhão de cruzeiros. Entre as linhas de crédito de maior significação incluíram-se as faixas especiais para financiamento de máquinas agrícolas, que atingiram a cerca de 60 bilhões de cruzeiros.

Grande impulso foi dado ao crédito agrícola com a redução das taxas de juros e comissões do Banco do Brasil para operações agropecuárias, de 24 % para 18 %, ao mesmo tempo em que à rede bancária privada propiciavam-se condições de efetiva operação no crédito agrícola. Conseguiu-se, assim, ampliar enormemente a capacidade de atendimento a lavradores e pecuaristas.

Por sua vez, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, multiplicava suas atividades, passando de um montante de aplicações da ordem de 2,5 bilhões em 1964, para 44 bilhões em 1965.

Mas a mera dinamização da estrutura institucional existente nunca será suficiente para criar condições de apoio continuado às atividades Agro-pastoris. Lançou-se, por isso, o Governo, à criação de novos mecanismos, mais flexíveis e adequados, que se consubstanciaram na aprovação da lei que institucionalizou o cré-

dito rural. Por outro lado, com a criação do FUNAGRI, obteve-se o instrumento de coordenação central de todos os recursos, de origem interna e externa, destinados ao crédito rural e industrial, que permitirá uma adequada distribuição do esforço governamental no sentido de harmonizar o desenvolvimento agrícola ao industrial.

Por outro lado, através da ação oportuna da Comissão de Financiamento da Produção, consegue o Governo, pela primeira vez na história da agricultura brasileira, executar, de forma cada vez mais eficiente, uma política de preços mínimos que visa à proteção econômica dos produtores. Com a renovação de seus métodos e atuação, até então insuficientes e limitados, obtivemos sensíveis progressos, entre os quais se destacaram a interiorização dos preços para os centros de convergência da produção, a correção de seus níveis às vésperas da colheita e a participação dos bancos particulares e estaduais no sistema de garantias.

Com êsses instrumentos de defesa ao produtor, chegamos à aquisição de produtos agrícolas no montante de 254 bilhões de cruzeiros em 1965, enquanto em 1964 as aquisições não haviam sequer alcançado 8 bilhões.

Outro setor em que o Governo da Revolução já demonstrou, cabal e inequivocamente, a autenticidade de sua posição, e a coragem de enfrentar os problemas mais prementes, é o da reforma agrária.

Não cabe aqui repetir o que todo o Brasil, e principalmente os lavradores, sabem muito bem sobre êsse tema, vital ao processo de desenvolvimento nacional. Em nenhum outro setor, antes de março de 1964, se haviam entremesclado tão bem os fatores dissolventes da subversão, da corrupção, da anarquia e da incompetência. E em nenhum outro setor estiveram tão ameaçados os mais caros valores de nossa tradição e os mais profundos alicerces de nossa estrutura econômica, social e política.

Mas a Revolução sempre soube que o gritar intempestivo dos demagogos ávidos de poder ocultava a existência de uma problemática real, representada pela marginalização de dezenas de milhões de brasileiros. Era preciso agir, e agir com rapidez e vigor. E a Revolução está agindo.

Dispomos hoje de instrumental adequado para o desenvolvimento econômico e social do campo. O IBRA já está equacionando e resolvendo os problemas cruciantes das áreas consideradas prioritárias. Promoveu-se o cadastramento das propriedades rurais, cujos dados são agora objeto de pormenorizada análise. O INDA inicia suas atividades nos setores básicos de sua competência, como a colonização, o cooperativismo e a extensão rural. Núcleos coloniais são reequipados, novas áreas de colonização são abertas; estuda-se o Código Cooperativo, destinado a atualizar e adaptar o movimento Cooperativista à experiência brasileira, livrando-o de uma legislação mais de três décadas atrasada; iniciam-se os primeiros passos concretos no sentido da eletrificação rural, para o que se contará com financiamentos externos; já foram selecionados os municípios-modêlo, iniciando-se o trabalho de entrosamento dos esforços governamentais e populares para o estudo e equacionamento dos problemas básicos das comunas brasileiras, sendo escolhido, neste Estado, o dinâmico centro regional de Campo do Mourão.

Todo êsse espetáculo de trabalho ordenado, obedecendo a altos objetivos patrióticos, teve como mola propulsora a promulgação do Estatuto da Terra, documento que entrará certamente para a história como marco inicial da verdadeira reforma agrária brasileira, e que, por isso mesmo, se constitui numa das melhores realizações do Governo da Revolução.

Cabe finalmente ressaltar, no capítulo da ação revolucionária na agricultura, o papel do próprio Ministério. Suas atividades são múltiplas e cobrem todo o território nacional, cabem-lhe tarefas vitais, como a pesquisa e experimentação, a extensão rural e o conservacionismo, a promoção agropecuária, a defesa e a inspeção sanitária animal e vegetal, a padronização e classificação de produtos agrícolas, a meteorologia agrícola, o ensino agrotécnico e superior no campo da agronomia e da veterinária, a informação agrícola, o estudo econômico da agricultura, o desenvolvimento da pesca, a proteção aos silvícolas, além de contar com órgãos vinculados, como o INDA e o BNCC.

A necessidade de atender a tôdas essas múltiplas tarefas determinou o crescimento de uma enorme estrutura administrativa,

que se estende do Acre ao Rio Grande do Sul, e que as administrações do passado haviam desgastado até a quase paralisação total.

O Governo da Revolução procurou, desde o início, alterar radicalmente êsse quadro. Contou, para isso, com o esforço e a dedicação de valiosos colaboradores, inclusive com aquela grande parcela de pessoal do Ministério que via na desorganização e no imobilismo, até então predominantes, a frustração de seus ideais de servir ao Brasil no pleno e útil exercício da função pública. Não me vou deter nos resultados, já alcançados, mas todos sentem como tudo mudou. Mais forte e presente está ainda êsse sentimento entre os milhões de brasileiros que trabalham no campo.

Muito mais tempo do que o até agora consumido me seria necessário para poder trazer, de viva voz, o quanto já fez êste Governo pela agricultura brasileira. Mas não desejo alongar-me. Um auditório como êste, composto em grande maioria por pessoas intimamente ligadas às atividades agro-pastoris, não precisa ouvir mais, porque já sabe. Porque sente, no dia a dia de suas atividades, na rotina de seu trabalho criador, a grande diferença entre o Brasil de hoje e o Brasil de ontem, entre o aniquilamento do futuro e sua construção paciente.

Se estamos, no Governo, fazendo algo para ajudar os que na terra trabalham, estamos cumprindo nosso dever. Se muito ainda há por fazer, pedimos a compreensão de que muito havia por arrumar e, por maior esforço, por maior boa vontade, por mais que se trabalhe, o tempo ainda é fator limitativo para a realização de tudo quanto precisam os homens que, pelo seu trabalho, dão ao Brasil, no setor primário, o seu desenvolvimento. Sabemos de suas necessidades. Sofremos com êles nas horas amargas em que as intempéries destroem o fruto de seu suor, alegramo-nos com êles na hora das boas safras e, principalmente, admiramos a fé daqueles que com as mãos calejadas ajudam a construir, com seu trabalho, a grandeza do país.

Êste é um Estado que trabalha. Foi construído pelo árduo labor de seus filhos e dos brasileiros de todos os rincões da pátria que para aqui trouxeram esperanças e determinação. Em poucas

décadas aqui se construiu, com energia e dinamismo assombrosos, um dos mais ricos pilares de sustentação da economia nacional, um dos mais sólidos baluartes de suas instituições.

Este é um Estado que tudo deve à riqueza extraída de sua terra dadivosa. Desde os ervais nativos e os grandes pinheirais até os cafézais imensos, sois um povo que sabe o valor da terra, o quanto ela pode dar a quem a trabalha com carinho e dedicação.

É este um Estado que cedo tomou consciência da necessidade de adotar novos métodos de Governo, métodos que lhe permitiram, em cinco anos, realizações econômicas e sociais que podem servir de modelo ao Brasil, e que governado agora pela personalidade jovem e ativa do Dr. Paulo Pimentel, manterá, certamente com crescente vigor, o ritmo de progresso que caracterizou seu passado recente.

Apresento-vos minhas congratulações pelo magnífico esforço retratado na Exposição-Feira; anguro-vos sucesso em vosso trabalho e torno a agradecer-vos a gentileza do convite que me fizestes.